

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Patrícia Ribeiro do Nascimento

A MULHER JOVEM NAS RUAS: SEUS MECANISMOS DE RESISTÊNCIA, SUAS
CONSTRUÇÕES SOCIOCULTURAIS E O PAPEL DA EMEF PORTO ALEGRE
COMO TERRITÓRIO DE ASSISTÊNCIA, REFERÊNCIA E EMANCIPAÇÃO

Porto Alegre

2010

Patrícia Ribeiro do Nascimento

A MULHER JOVEM NAS RUAS: SEUS MECANISMOS DE RESISTÊNCIA, SUAS
CONSTRUÇÕES SOCIOCULTURAIS E O PAPEL DA EMEF PORTO ALEGRE
COMO TERRITÓRIO DE ASSISTÊNCIA, REFERÊNCIA E EMANCIPAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia
da Faculdade de Educação da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, no segundo
semestre de 2010, como requisito parcial e
obrigatório para a obtenção do título de
Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Carmem Maria Craidy

Porto Alegre

2010

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

Primeiramente à minha família, que sempre me deu toda a assistência necessária para que eu fosse à luta por tudo aquilo que acreditava.

À minha mãe e meu pai, que sempre acreditaram em mim, e me fizeram não deixar nunca de sonhar.

Aos amigos e amigas que sempre me deram afeto, e realizaram escutas generosas e dividiram sonhos comigo de maneira tão fraternal.

À minha orientadora Carmem Maria Craidy, por me guiar neste momento tão importante da minha vida, permitindo que eu ampliasse o meu olhar de maneira livre e coerente e estabelecendo sempre uma troca generosa.

À toda comunidade escolar da EPA, que me receberam com afeto e me deram possibilidades de desenvolver meu trabalho de maneira feliz e respeitosa.

Ao Professor Beto, pela assistência e por compartilhar ensinamentos tão valiosos comigo.

À minha querida educanda, que dividiu comigo sua história de vida e por me permitir contar um pouco da sua luta e resistência.

Ao amigo André, pelos sonhos divididos, pela amizade e afeto.

À todas e todos que cruzaram o meu caminho, e fizeram com que eu escolhesse ser uma educadora, mas principalmente por me fazer acreditar que podemos transformar o mundo em um lugar muito melhor.

RESUMO

O conceito de cidadania não é vivenciado da mesma forma nos diferentes grupos sociais. Quando analisamos as diferentes formas de violação de direitos, percebemos diversos processos de exclusão e deslegitimação dos sujeitos. A sociedade capitalista estratifica e marginaliza, várias categorias sociais referendadas como inferiores. Cria através desta distinção inúmeros mecanismos de violência simbólica e material. A partir desta percepção, o presente trabalho tem o intuito de compreender as construções socioculturais que levarem uma mulher jovem negra a migrar para as ruas de Porto Alegre, e fazer deste território seu espaço de interação social e de moradia. Através da análise dos mecanismos de resistência estabelecidos por ela e sua cotidiana vivência de processos de violação de direitos, reflito a partir de sua história de vida e de suas falas, qual a concepção de mundo que a permeia. A partir destes elementos, estabeleço uma reflexão sobre seu processo de apropriação de conhecimentos desenvolvido na Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre – EPA. Realizo uma análise da escola, enquanto espaço de acolhimento, socialização e construção de conhecimentos, e constituo uma apreciação do olhar da educanda sobre este espaço, através de uma interface entre a concepção de educação defendida pela escola e da percepção da educanda sobre o território escolar.

Palavras-chave: Jovem em Situação de Rua - Gênero - EJA

SUMÁRIO

1 – DAQUILO QUE VI E VIVI, AQUILO QUE ACREDITO	6
2 – A ESCOLHA DA TEMÁTICA	8
3 – CONCEPÇÕES TEÓRICAS	10
3.1– MULHER NA SOCIEDADE	10
3.2 – MULHER, JOVEM, NEGRA NAS RUAS	13
3.3 – BRASIL, EDUCAÇÃO E EXCLUSÃO	14
3.4 – TERRITORIALIDADE DAS RUAS - SITUAÇÃO OU MORADA?	16
4 – METODOLOGIA DESENVOLVIDA	20
4.1 – APRESENTAÇÃO DE BIANCA	21
4.2 – CAMINHOS INVESTIGATIVOS	22
4.3 – DIÁLOGO COM BIANCA	25
4.4 – A EMEF PORTO ALEGRE – EPA COMO TERRITÓRIO DE ASSISTÊNCIA, REFERÊNCIA E EMANCIPAÇÃO	43
5 – CONCLUSÕES	46
6 – REFERÊNCIAS	49
6.1 – REFERÊNCIAS CITADAS	49
6.2 – REFERÊNCIAS CONSULTADAS	50
7 – ANEXO	51

1 – DAQUILO QUE VI E VIVI, AQUILO QUE ACREDITO!

“Alguma coisa está fora da ordem, fora da nova ordem Mundial”. Música de Caetano Veloso - Fora da Ordem.

Quando penso nas motivações que tive para seguir o caminho de educadora resgato as lembranças de minha infância e, a inquietação por compreender as diferenças que permeiam nossa sociedade. Obviamente, que neste período da vida a percepção do outro é diferente, mas existem algumas marcas que ficam registradas em nossa memória, e um certo mal estar, algo que causa estranhamento, que incomoda, mas que remete ao sentimento de que *“alguma coisa está fora da ordem”*.

A percepção do diferente sempre esteve presente em minha vida, desde os primeiros anos, pois na mais “simples” brincadeira de criança – brincadeira de boneca – notava que o diverso não era contemplado, afinal as bonecas com as quais eu brincava e que eu chamava de filhas não eram parecidas comigo, eram brancas de olhos azuis... Eu estranhava, mas não sabia exatamente o que era, só havia um incômodo em não ter uma filha(boneca) que eu pudesse minimamente me identificar.

Esta negação de uma identidade étnica, ao longo do tempo foi me instigando e entristecendo, afinal todos os símbolos de belo e valoroso não se pareciam comigo, e nem de longe podia sentir-me inserida, ou almejar a inserção em um espaço em que não havia pessoas iguais a mim.

Desde algo mais banal, como sonhar em ser uma “paqueta” - que durante minha infância era o sonho de toda a menina, como forma de ser reconhecida e estar perto da Xuxa que era uma figura idolatrada pelos “baixinhos” da década de 1980, isto não era possível. Estas imagens pareciam estar distante das minhas probabilidades, já que este era um dos maiores símbolos de prestígio e valor para as meninas, e eram veiculados pela mídia, fazendo com que interiorizássemos esta cultura sem maiores questionamentos.

Nunca me esqueço um dia em que voltava para casa, depois de ter ido ao mercado para minha mãe, e no caminho encontrei um morador de rua. Não sabia se minha mãe ficaria zangada por eu chegar a casa com um número menor de pães,

mas naquele momento fiz o que achei certo, dei um pão a ele. Quando expliquei o motivo em chegar com uma quantidade menor de pães fui totalmente apoiada, o que me fez perceber que dividir o alimento é algo tão sutil, mas extremamente necessário e legítimo.

Pois bem, faço esse resgate da minha infância como forma de compreender os caminhos que vi e vivi ao longo da vida, e ilustrar lembrando construções que nos fazem optar por determinados caminhos que seguiremos. O fato de ser uma mulher negra, me fez perceber que as diferenças entre as pessoas são colocadas como forma a subjugar-las, e determinar o papel que irão desempenhar na sociedade. A violência simbólica da qual fui “vítima”, ou que percebi nas relações sociais, me fez ter um olhar diferente em relação ao outro, e me permitiu seguir até aqui na busca de uma diminuição das dicotomias socioculturais.

Escolhi caminhos pedagógicos e das relações cotidianas que me permitisse intervir na sociedade de uma maneira efetiva, buscando uma confluência entre o que pensava e acreditava, com aquilo que desenvolvia no dia-dia. Desta forma voltei meu olhar durante a graduação para grupos sociais que sofrem maior discriminação e deslegitimação, grupo do qual faço parte em certa medida. O trabalho étnico-racial se fez presente ao longo dos meus três anos de trabalho no Departamento de Educação e Desenvolvimento Social – DEDES da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS, aliado aos meus estudos e militância sobre a questão de gênero. Através do olhar sobre a educação como mecanismo de transformação e reinserção social, desenvolvi meu estágio curricular na Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre – EPA, que tem como “públicos-alvo” jovens em situação de rua, cumprimento medidas sócio-educativas e em vulnerabilidade social.

Esta escola possui uma construção pedagógica e filosófica na qual acredito, pois desenvolve um trabalho com base no respeito a diversidade sociocultural, resgatando valores do ser humano, estabelecidos através de uma prática pedagógica coerente com os princípios de democracia e cidadania, permitindo desta forma um resgate/reafirmação da auto-estima daquelas(es) educandas(os), através do respeito à diversidade como mecanismo de (re)construção das identidades.

2 – A ESCOLHA DA TEMÁTICA

Durante a realização de meu estágio curricular na EPA, tive uma educanda bastante especial. Seu nome é Bianca¹, e durante todo o período de estágio sempre foi uma luz sobre minhas reflexões de gênero, sociedade, raça/etnia e sobre o ser/estar no mundo. A EPA trabalha com jovens em vulnerabilidade social e *“constitui-se num espaço de acolhimento, organização e socialização dos saberes, que atende a escolarização formal vinculada ao trabalho enquanto princípio educativo e a geração de renda como forma de sustentabilidade dos jovens para além das práticas ilícitas e ou de mendicância a que estão expostos nas ruas.”*²

As discussões em aula, nunca foram bem vistas por Bianca, ela dizia que era *“muito blá, blá, blá”* e que não aprendia nada desta forma. Aquilo em um primeiro momento me incomodava, pois na condição de educadora, acreditava que era sempre importante realizar uma explanação sobre a temática que iríamos estudar. Acreditava que era essencial realizar um resgate histórico sobre determinados temas, e que era de fundamental importância que debatêssemos sobre a temática desenvolvida em aula.

A partir de conversas com o Professor Regente da turma, fui compreendendo que minha explanação e conceitualização do conhecimento, nem sempre era fundamental, mas que dinamizar a aula e ser mais prática e objetiva era o que importava para manter a atenção da turma e construir condições para a apropriação de conhecimentos.

Para além de achar maçantes as conversas sobre histórias de vida e a chatice dos relatos que surgiam sobre dia-dia de cada um, Bianca poucas vezes se colocou como participante destes momentos de desabafo. Quando conseguia relatar algumas vivências, eram sempre carregadas de raiva, pois na maioria das vezes eram histórias de violências que vivenciava ou visualizava nas ruas.

Algumas falas de Bianca foram bem simbólicas para mim, e catalisaram um processo de análise sobre o papel da mulher jovem nas ruas. Essa percepção me

¹ Nome fictício dado com o intuito de preservar a identidade da educanda.

² Trecho extraído do Plano político Pedagógico da EPA.

instigou a refletir sobre as relações que eram estabelecidas no território das ruas, tanto no que tangia as relações entre iguais, no caso homens e mulheres na em situação de rua, quanto nas relações de poder, no caso junto a polícia e/ou de moradores(as) da região ocupada por ela.

A tentativa de compreensão da vivência na rua foi importante para o desenvolvimento do meu estágio curricular, e me estimulou a realizar uma pesquisa mais aprofundada sobre a condição de mulher, jovem e negra nesta situação. As falas e relatos desenvolvidos por Bianca foram essenciais para a percepção dos caminhos que a levaram ao território das ruas. Essa análise foi fundamental para compreender de que maneira ela se apropriou do espaço público e estabeleceu suas relações a partir da situação de rua.

Desta forma, em meu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC --busquei refletir sobre como a mulher jovem estabelece seus mecanismos de resistência e suas construções socioculturais em situação de rua. Também refleti sobre o papel da EPA como um território de assistência, referência e emancipação.

3 – CONCEPÇÕES TEÓRICAS

Para fundamentar minha pesquisa busquei analisar alguns elementos, que acredito serem essenciais para a compreensão do processo de violação de direitos vivenciados por uma moradora de rua³. Estructurei a análise com base na reflexão do papel da mulher na sociedade, com o intuito de compreender as construções socioculturais que a divisão de gênero e étnico-racial estabelece. Analisei a questão da mulher enquanto jovem e negra, cujas categorias de apreciação comprovam estes estigmas como mecanismos de violências simbólicas. Refleti sobre a constituição social brasileira, e alguns princípios que a organizam enquanto uma sociedade excludente. Conjeturo sobre o processo de educacional enquanto legitimador e perpetuador das disparidades sociais e realizo uma breve apreciação da EPA enquanto instituição promotora de cidadania e assistência, através da análise do território escolar e o território das ruas, enquanto ambiente de significações e (re)construção identitária.

3.1 – MULHER NA SOCIEDADE

Por milhares de anos algumas organizações sociais se constituíram de maneira igualitária no que tangia ao papel de homens e mulheres no grupo. Existia uma divisão de papéis, mas esta diferenciação não estabelecia relações de poder nem de opressão em função do gênero de cada um. Engels explicita esta análise da seguinte maneira:

A economia doméstica comunista, em que a maioria das mulheres, se não a totalidade, pertence a uma mesma *gens*, ao passo que os homens pertencem a outras *gens* diferentes, é a base definitiva do domínio das mulheres que, nos tempos primitivos, esteve difundido por toda parte, [...] Só depois de efetuada pela mulher a transição para o casamento pré-monogâmico é que os homens conseguiram introduzir a estrita monogamia, mas só para as mulheres. (p.56, 60)

³ Faço a escolha de “classificar” Bianca enquanto moradora de rua, por compreender que seu estabelecimento no território das ruas, durante 8 anos, já a coloca na condição de moradora, visto que as construções socioculturais desenvolvem-se a partir de (re)construção de sua identidade neste espaço.

Assim, o processo de opressão da mulher é historicamente construído a partir do reflexo e do isolamento contínuo do ser humano, através de um distanciamento gradual do “outro social”. Conforme afirma Engels, foi a partir da organização do ser humano em *clãs* e posteriormente famílias, marco inicial de uma valorização maior do homem em detrimento ao papel da mulher nestes núcleos, cuja perspectiva nuclear tinha como base o pai, a mãe e filhos(as):

A derrocada do direito materno foi a derrota do sexo feminino na história universal. O homem tomou posse também da direção da casa, ao passo que a mulher foi degradada, convertida em servidora, escrava do prazer do homem e em mero instrumento de reprodução. Esse rebaixamento da condição da mulher, tal como aparece abertamente sobretudo entre os gregos dos tempos heróicos e mais ainda nos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocado, dissimulado e, em alguns lugares, até revestido de formas mais suaves, mas de modo algum eliminado. (ENGELS, s.d., p.64)

Neste sentido, Engels corrobora com a análise da desestruturação do papel da mulher na família, identificando este momento enquanto o início do processo de opressão da mulher: *“A família monogâmica, baseia-se no domínio do homem com a finalidade expressa de procriar filhos cuja paternidade fosse indiscutível e essa paternidade é exigida porque os filhos deverão tomar posse dos bens paternos, na qualidade de herdeiros diretos.”* (p.68).

No ocidente, especificamente, a mulher conseguia apenas emergir a vida pública durante a ausência do homem, quando afastado por constantes guerras e longas viagens, demarcando continuamente sua “inferioridade”, afastando-se definitivamente da esfera pública a partir da formação dos Estados Nacionais na Idade Moderna, fato que centralizou efetivamente a concentração do poder nas mãos da figura masculina.

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo lugar de assembleia ou de mercado, reservado aos homens e a casa reservada às mulheres. (BOURDIEU, 2007, p.18)

É a partir do século 18, período marcado por algumas revoluções históricas como a Revolução Francesa e Industrial, que se abriu novamente a discussão do papel da mulher na sociedade. Nesta perspectiva a mulher passou então a ser participante ativa ao lado do homem no processo revolucionário sem, contudo, ver as conquistas destas revoluções estenderem-se ao seu gênero. É neste momento histórico que o feminismo adquire características de uma prática de ação política organizada, porém com conquistas muito restritas.

Através da inserção e da luta das mulheres na ocupação dos espaços públicos e privados inicia-se um debate sobre o papel da mulher na sociedade impulsionado pelo movimento feminista que começa a se caracterizar de fato.

Neste mesmo momento o processo de "inserção da mulher no espaço público" inicia-se através de vários campos de atuação, no caso do Brasil, de maneira incipiente nas artes e na conquista das mulheres ao sufrágio universal. No campo educacional a mulher passa a ocupar as instituições destinadas ao ensino das crianças - espaço em que até hoje são maioria -, pois esta área ainda sofre com a desvalorização por estar associada ao cuidado, perpetuar desta maneira a desqualificação da instrução das primeiras fases do processo educacional.

A partir da década de 1960, inicia-se uma reflexão mais profunda sobre o tema, este momento marca a análise histórica das relações entre os gêneros, concluindo que o sistema patriarcal é um sistema universal de dominação prevalente em diversas culturas e que perpassa diversos campos sociais, influenciando, leis e costumes da grande maioria das civilizações. Já na década de 1970 o movimento feminista se estabelece com enorme força política e com inegável potencial de transformação social.

Neste período surgem inúmeras organizações que atuam como núcleos congregadores de um grande número de mulheres, desenvolvendo atividades permanentes como grupos de trabalho, pesquisas, debates, cursos e publicações sobre a temática, e levando as mulheres às ruas para diversas reivindicações.

Da mesma forma em que o debate ganha as ruas, a luta pela direito das mulheres em ocuparem os mesmo espaços, que antes eram apenas acessados pelos homens, se fortalece e passa fomentar diversos movimentos de reivindicação de direitos sociais.

3.2 – MULHER, JOVEM, NEGRA EM SITUAÇÃO DE RUA

A juventude é uma construção sociohistórica, Ariés (1981) destaca que a criança até meados do Séc. XVII era vista como um mini-adulto, e só libertava-se da infância, quando estava livre da dependência de outros, sendo que nas classes mais baixas a dependência era total, sendo as crianças tratadas como pequenos adultos (pequenos servos) já exercendo algumas funções, herdavam a situação servil dos pais.

Com o advento das escolas, foi cristalizando-se a necessidade de dividir as crianças por turmas (pequenas, medias e grandes) nascendo talvez ai, a importância de distinguir através de palavras específicas as etapas iniciais da vida do homem.

Áriés(1981) ressalta que subsistia, *“A ambigüidade entre a infância e a adolescência de um lado e aquela categoria a que se dava o nome de juventude, do outro. Não se possuía a idéia do que hoje chamamos de adolescência, e essa idéia demoraria a se formar”* (p14).

A reflexão sobre juventude ainda é recente, ela aparece como conceito a partir da segunda guerra mundial e amplia o debate nos anos 60, momento em que passamos a perceber as especificidades deste grupo, seus anseios e suas construções socioculturais. Este período trouxe a “preocupação” do Estado em relação a esta população, por entender a necessidade de se ter algumas políticas sociais específicas e que dessem conta de uma preparação desta juventude para enfrentar os desafios impostos por esta nova ordem mundial. No caso do Brasil, estas concepções estavam despontando com certo atraso em relação aos países da Europa, bem como dos Estados Unidos da América.

Através deste resgate podemos compreender a construção subjetiva em relação à juventude que passa a ter significativo valor social em nossos dias. Mesmo que nem sempre tenha sido reconhecida e, ainda seja temida como possivelmente violenta, todos querem ser jovens na sociedade moderna. Este conceito a classifica enquanto grupo social compreendido na faixa etária de 15 a 24 anos, definição defendida pela UNESCO (2004), que balisa e define as políticas públicas para a juventude.

Neste sentido, necessitamos ter um olhar atento a esta população, cujas especificidades são importantes de serem analisadas, em função de um período em que se formam concepções e noções da responsabilidade, no sentido em que não são mais crianças, mas estão na fase de transição para o mundo adulto.

Ao pensarmos no processo de violação de direitos e no que determina a exclusão social, conseguimos perceber que o elemento étnico-racial se faz presente quando identificamos a maioria da população que é vítima deste fenômeno. Significativas parcelas de pessoas não brancas estão na base da pirâmide da pobreza, a maioria da população pobre e em situação de rua evidencia esta análise e traz ao debate a questão étnico-racial como fator importante para a compreensão do processo de diáspora para o território das ruas.

3.3 – BRASIL, EDUCAÇÃO E EXCLUSÃO

O Brasil nasce da relação de dominação estabelecida por Portugal, cuja intencionalidade de colonização tinha como objetivos instituir suas expansões territoriais e econômicas. Os pressupostos de massificação da política colonial tiveram no campo educacional importante alicerce, visto que a instituição eclesiástica - representada pela Companhia de Jesus - desenvolvia uma reorganização dos valores sociais pertinentes esta nova conquista.

O fenômeno da exclusão social, (...) esteve presente no Brasil desde o início de sua formação histórica. O Brasil estruturou-se historicamente como um país de *senhores*, sendo que a escravidão se manteve até pouco mais de cem anos.” (CRAIDY, 1998, p. 43)

De acordo com a análise realizada por Craidy, é possível compreender os aspectos estruturantes na constituição do Brasil enquanto colônia portuguesa, cujo processo de expropriação e extorsão sociocultural levou a uma dizimação da população nativa. Ao realizarmos uma interface entre o nascimento da sociedade brasileira e o processo de organização dos conhecimentos “legítimos”, percebemos

que a base educacional até hoje tem valores cristalizados em aspectos da cultura dominante.

Através da deslegitimação dos saberes empíricos e a valorização de um capital cultural que é definido pelas estruturas de poder e dominação, a construção curricular que o país tomou como parâmetro foi o europeu. Mesmo com a responsabilização do Estado pela educação - enquanto um direito social - as instituições de ensino nasceram com a intenção de servir enquanto instrumento de afirmação dos valores dominantes e de seus bens culturais.

Até meados do século XIX houve o impedimento, de acordo com mecanismos legais, de que a população mais pobre acessasse os espaços escolares. Quando realizamos um retrospecto da política educacional, no que tange a população pobre, as mulheres e a população negra, fica evidente um favorecimento das diversas instituições públicas aos grupos economicamente mais favorecidos. A primeira Constituição Brasileira foi outorgada em 1824, pela Assembleia Constituinte, dizia em seu artigo 179, que a instrução primária era gratuita a todos os cidadãos brasileiros:

A Constituição de 1824 restringiu o acesso à escola formal somente aos cidadãos brasileiros. Essa restrição automaticamente interditava o ingresso da população escrava ao sistema oficial de ensino, visto que, a grande maioria dos escravos era de origem africana.

A Reforma de Couto Ferraz, pelo Decreto 1.331/1854, estabeleceu a obrigatoriedade e gratuidade da escola primária para crianças maiores de 07 anos, inclusive libertos, desde que provenientes de família com algum recurso. No entanto, não seriam admitidas crianças com moléstias contagiosas nem escravas. Essa reforma, além de associar (implicitamente) às crianças escravas às doenças contagiosas não previa nenhum tipo de instrução destinada aos adultos.⁴

Após a abolição da escravatura no ano de 1888, a constituição não foi modificada em seu cerne, diversos movimentos foram realizados no sentido da inclusão da população negra aos espaços escolares de fato. A aceitação deste grupo

⁴ *A Escolarização da População Negra Entre o Final do Séc. XIX e o Início do Séc. XX* publicado 22/07/2008 por **Rosimeire Santos** em <http://www.webartigos.com>, acessado em 02/10/2010.

étnico/racial só se realizou a partir da década de 1920, conseguindo desta forma a possibilidade de adentrar as instituições escolares efetivamente. No âmbito das mulheres o movimento foi bem semelhante. O movimento feminista organizado conseguiu pressionar o Estado e instituir seus direitos, de maneira que elas pudessem também ocupar as instituições de ensino.

A década de 1980 inicia com um processo de redemocratização do Brasil, ao mesmo passo que reflete o acirramento da política neoliberal. Segundo estudos esta foi uma década perdida no que tange ao avanço econômico, mas houve significativo crescimento em relação às políticas sócias, que começaram a ser consolidadas com o intuito de minimizarem as diferenças socioculturais.

3.4 – TERRITORIALIDADE DAS RUAS - SITUAÇÃO OU MORADA?

O conceito de território possui diferentes propostas conceituais. Haesbaert (2004) define *território*: como produto do movimento combinado de territorialização – desterritorialização do espaço, isto é, das relações de poder construídas no e com o espaço, tanto de poder no sentido de dominação (mais concreta), quanto de apropriação (mais simbólica).

[...] Para uns, por exemplo, desterritorialização está ligada à fragilidade crescente das fronteiras, especialmente das fronteiras estatais – o território, aí, é sobretudo um território político. Para outros, desterritorialização está ligada à hibridização cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas – o território aqui é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades [...] (p. 35).

A definição da palavra território: “pedaço de terra apropriada” reflete a construção simbólica adotada pela sociedade moderna, e que neste sentido dialoga com a concepção desenvolvida por Haesbaert, que defende a ideia da inexistência de indivíduo sem território, *“mesmo um sem teto, quando briga por uma marquise para passar a noite, já está se reterritorializando”*.

Através desta afirmação percebemos a amplitude do significado de território para alguns grupos sociais, cujo conceito ganha outras dimensões. Para indivíduos em situação de rua o território de referência abrange os espaços públicos, e desenvolve uma noção de território enquanto espaço de todos e todas.

A rua é o espaço público, das interações, manifestações, encontros, desencontros e do mero circular. Neste sentido é o espaço mais democrático da nossa sociedade, ou pelo menos deveria ser. DaMatta (1986), corrobora para refletirmos acerca da conceitualização da rua enquanto espaço de movimento, com pessoas indiferenciadas e desconhecidas, ou seja:

[...] a “massa” humana que povoa as nossas cidades e que remete sempre à exploração e a uma concepção de cidadania e de trabalho que é nitidamente negativa. De fato, falamos da “rua” como um lugar de “luta”, de “batalha”, espaço cuja crueldade se dá no fato de contrariar frontalmente todas as nossas vontades. Daí por que dizemos que a rua é equivalente à “dura realidade da vida”. O fluxo da vida, com suas contradições, durezas e surpresas, está certamente na rua, onde o tempo é medido pelo relógio e a história se faz acrescentando evento a evento numa cadeia complexa e infinita. Na rua, então, o tempo corre, voa e passa. (p.24)

Esta afirmação evidencia a concepção de rua que é validada em nossa sociedade. Sabemos que o espaço de “todos” têm sua organização de uma forma bem complexa, que reflete os mecanismos estruturantes de uma interação entre os “iguais e desiguais”, definindo categoricamente o espaço que cada um(a) deve ocupar. Neste aspecto, podemos compreender esta análise como um quadro da ilegitimidade das relações sociais, que criam códigos simbólicos que ratificam as diferenciações entre os indivíduos.

A compreensão do território das ruas para alguns(mas) não é apenas um espaço de trânsito, ou de passagem, mas sim um espaço de referência, um território que confunde o público com o privado. Craidy (1998) transcreve as construções socioculturais estabelecidas por aqueles(as) que fazem das ruas seu espaço de moradia:

Os que vivem na rua, nela constroem as relações definidoras de suas existências. Redefinem o espaço, erguem paredes invisíveis numa partilha minuciosa dos locais. Subvertem a ordem prevista, privatizando o que seria público e realizando na rua os atos mais íntimos tais como as necessidades fisiológicas, banhos, sono, etc. (p. 21)

Essa transformação do público (rua) em privado (casa) gera alguns conflitos nos campos socioeconômicos e culturais, pois coloca em xeque estas duas segmentações enquanto dicotômicas, ao mesmo passo, que evidencia uma falha, no que tange aos direitos constitucionais brasileiros, descritos no seu capítulo II – Dos Direitos Sociais, em seu Art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, **a moradia**, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, **a assistência aos desamparados**, na forma desta Constituição.”

Alguns artigos da Constituição Federal de 1988 nos levam ao entendimento do distanciamento entre as leis, sua regulamentação, e seu cumprimento de maneira efetiva. Tal análise gera certa “descrença” nos princípios básicos de cidadania, em função de seus descumprimentos refletirem as diversas violências simbólicas vivenciadas pelas populações em situação de rua, a partir das estruturas de poder que reafirmam e corroboram com as violações de direitos. Conforme afirma Bourdieu:

[...] enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem sua função política de instrumentos de imposição e de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outras, que caracteriza uma (violência simbólica), contribuindo assim, para a domesticação dos dominados. (1989, p.11)

O território das ruas é um espaço que evidencia a relação de dominados e dominantes, através das disparidades socioculturais, que se estabelece em um universo de conflitos e sentimentos diversos. Nele reflete-se de forma enfática, a vida e a morte, o sentimento do medo, das quebras de barreiras e tabus, das construções de cada grupo, que ocupa determinados espaços de determinadas maneiras, que se organizam de diferentes formas, se caracterizando com um grupo e/ou gueto:

A rua não se constitui para o menino como espaço alternativo, mas sim como espaço possível (...). Nela existem muros invisíveis, interdições radicais, espaços delimitados, e - o que é mais grave -, o tempo aí parece estar suspenso. Para os que vivem na rua não há história, mas um repetir-se crônico e circular da vida sem projeto, eterno presente que implica a luta cotidiana pela sobrevivência. (CRAIDY, 1998, p.22)

Neste sentido podemos refletir através das análises realizadas por Bourdieu (1990) que define as construções identitárias através da ocupação geográfica, e confirma a percepção da divisão social e das invisibilidades desenvolvidas por uma sociedade excludente:

É possível(...), comparar o espaço social a um espaço geográfico no interior do qual se recortam regiões. Mas esse espaço geográfico é construído de tal maneira que, quanto mais próximos estiverem os grupos ou instituições ali situadas, mais propriedades eles terão em comum. Quanto mais afastados, menos propriedades em comum eles terão. (p.153)

Ao analisarmos a situação de rua percebemos o território como um espectro de moradia, e desta forma conseguimos refletir sobre a vivência da rua, que pode se estabelecer de maneira sazonal, ou até mesmo se tornar de maneira mais efetiva seu espaço de “moradia”.

4. METODOLOGIA DESENVOLVIDA

Realizar uma pesquisa com população em situação de rua não é uma tarefa simples. É necessária uma percepção dos tempos e das relações históricas e socioculturais constituídas por uma sociedade neoliberal, que se estrutura através de um poder simbólico e material cuja lógica se estabelece a partir do desprezo e desrespeito as diferenças: “*O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica (o sentido imediato do mundo) e, em particular do mundo social.*” (BOURDIEU, 1989, p.9)

Através desta percepção é necessário despir-se de preconceitos e entender os processos organizativos vivenciados por estes grupos. Desta forma a pesquisa que me propus a desenvolver foi um processo de percepção do outro e a compreensão deste universo, que se estrutura e se organiza de maneiras diferentes daquelas quais estamos “acostumados(as)” a vivenciar e caracterizar como legítimas.

Nesta perspectiva desenvolvi minha pesquisa através de um estudo de caso com base etnográfica e qualitativa, e a organizei-a a partir de aspectos fundamentais que tomei como base reflexões realizadas Cláudia Fonseca (1998):

A etnografia é calcada numa ciência, por excelência, do concreto. O ponto de partida desse método é a interação entre o pesquisador e seus objetos de estudo, “nativos em carne e osso”. É de certa forma, o protótipo do “qualitativo”. E – melhor ainda – com sua ênfase no cotidiano e no subjetivo, parece uma técnica investigativa, enfim, inteligível para combater os males da quantificação. (p.58)

A partir deste olhar iniciei a pesquisa resgatando o diário de campo organizado durante a realização do estágio curricular na EPA, pois havia anotado algumas falas de Bianca que foram catalisadoras para a escolha do meu objeto de pesquisa. Este retorno fez emergir aspectos subjetivos bem importantes para mim, definindo desta forma, os caminhos investigativos que percorri para a construção analítica da realidade de uma mulher jovem nas ruas. Posteriormente apreciei o Projeto Político Pedagógico – PPP e desenvolvi entrevistas semi-estruturadas (Anexo 1) junto à comunidade escolar, com o objetivo de compreender o território da EPA enquanto espaço de assistência, referência e emancipação. Através desta metodologia pude

refletir sobre todo o processo desenvolvido a partir do acolhimento, escuta e resgate identitário desenvolvido por esta instituição, cuja síntese reafirmou minha compreensão desta escola enquanto território referencial para aqueles(as) envolvidos no processo educacional.

Para fundamentar esta reflexão realizei a pesquisa junto a uma educanda, cujas intervenções em aula e sua permanência neste espaço foram elementos importantes para a percepção da construção sociocultural vivenciada por ela, através da busca pelo entendimento dos elementos que a constituem enquanto sujeito. Para a compreensão do processo de diáspora vivenciado por Bianca e sua (re)territorialização nas ruas e na escola, refletem suas construções socioculturais nestes espaços, que me possibilitou a análise de alguns caminhos que a levaram ao território das ruas e ao território da EPA. Estas reflexões culminaram em uma melhor percepção sobre sua história de vida e sobre como a partir destes caminhos a mulher, jovem, negra, nas ruas se forma/reforma e transforma.

4.1 - APRESENTAÇÃO DE BIANCA

Bianca nasceu em uma comunidade popular de Alvorada – região metropolitana de Porto Alegre. Foi criada junto a avó, a mãe e a irmã. Nunca teve grande contato com o pai, mas sabe quem ele é. A figura paterna para Bianca é bem complicada, pois ela afirma que seu pai não queria seu nascimento: *“ele queria que minha mãe tivesse me abortado”*.

Aos 8 anos de idade sua mãe inicia um relacionamento amoroso com outro homem e ele passa a residir no apartamento junto à família de Bianca. Desde o princípio, Bianca não teve afinidade com este novo membro do grupo familiar, pois segundo ela: *“sua família começou a mudar”*. Após algum tempo de convivência o padrasto começa a assediá-la sexualmente, mas sem conseguir realizar o abuso de fato. Bianca pede socorro à mãe, que não acredita em seus relatos e não toma atitudes em relação à agressão, mas sua avó que percebe todos estas violências e se posiciona, acionando o conselho tutelar.

Esta é apenas uma breve apresentação de Bianca, que será desenvolvida de maneira mais completa a partir do relato da entrevista realizada com ela. Nesta entrevista apresentarei sua trajetória de vida e sua constituição enquanto moradora de rua.

4.2 – CAMINHOS INVESTIGATIVOS

Inicialmente meu desejo era desenvolver esta conversa no território das ruas, visto que sempre eu encontrava Bianca na rua e sua fala era diferente da que possuía na instituição escolar. Para mim ficava nítido o sentimento de pertencimento naquele espaço, parecia que estávamos em uma situação mais igual, e não havia a carga tão forte do olhar dela sobre mim. No território das ruas nossa relação era de afeto e eu não era apenas sua educadora, mas uma mulher que a conhecia e tinha um carinho muito grande por ela.

Fiz várias tentativas de entrevistá-la no seu espaço de circulação e no espaço em que dormia, mas infelizmente sem êxito. A primeira tentativa foi feita num momento em que a encontrei na Rua da República junto a seu companheiro Pinta⁵. Expliquei a ela minha intencionalidade de realizar “uma conversa em função de eu estar terminando a faculdade, e para isso eu necessitava escrever sobre uma história ou algo que me interessava. Expliquei que as aulas do estágio foram bastante significativas para mim e suas falas e sua participação em aula, extremamente importantes para me levar a refletir sobre a história de vida dela e sobre minha vontade em entender o que a levou a migrar para o território das ruas”. Através desta explicação ela mostrou-se interessada em participar da pesquisa e marcamos um encontro para duas noites após aquela, naquele mesmo lugar e no horário das 19h30m.

No dia combinado não a encontrei e nem o seu companheiro. Conversei com um homem que estava guardando carros naquele espaço em que o Pinta tinha como território de referência de trabalho, pois segundo Bianca “*ele fazia a segurança e uma loja naquela rua*”, e ele me disse que: “eles não tinham aparecido”. Fiquei um pouco

⁵ Nome fictício dado ao companheiro de Bianca com o intuito de preservar sua identidade.

chateada, mas entendia que mesmo eu tendo a encontrado diversas vezes naquele espaço, estariam em outro lugar, por algum motivo que eu desconhecia. O fato é que fiquei bastante instigada, mas como levei alguns dias para reencontrá-la não havia o que fazer.

Após vários dias reencontrei Bianca e a questioneei sobre o acontecido, pois eu havia passado naquele dia e horário no local em que havíamos combinado, e ela me disse que *“o Pinta teve uns problemas, ta devendo prum cara e a gente teve que sumir”*. Bem esta fala explicitou para mim as construções que são feitas nas ruas, pois cada território tem algumas pessoas e/ou grupos que os ocupam, e que se alguém não cumpre os combinados, ou fica devendo, ou “cagoeta”⁶ alguém, não têm mais o direito de permanecer por ali

Após esta explicação marcamos de nos encontrar novamente para que pudéssemos realizar a pesquisa, eu disse a Bianca que poderia a encontrar no espaço onde ela dormia, e que muitas vezes permanecia durante a tarde. Ela me explicou onde era a Água Verde⁷, pois era o espaço de referência dela, e para mim era importante conhecer aquele espaço para entender um pouco melhor a sua trajetória na rua, marcamos que eu iria num sábado encontrá-la, e que iria após as 12h30, pois neste horário ela já teria acordado.

De acordo com o combinado por volta das 13h fui procurá-la no espaço referido por ela. Fiz a trajetória de chegada ao local de forma que pudesse ser vista pelo grupo e que ela percebesse que eu estava me aproximando. Realizei esta estratégia para “não chegar de surpresa”, afinal estava adentrando um ambiente que não era meu, e que Bianca dividia com mais algumas pessoas. Eu sabia que não era um movimento fácil, nem para mim, nem para aquele grupo receber alguém estranho, afinal somente quem me conhecia era a Bianca e o Pinta.

Quando cheguei a Água Verde, encontrei apenas dois meninos dormindo, me aproximei e perguntei sobre a Bianca, disse que havia marcado com ela. Um dos meninos me disse que *“ela não tinha aparecido naquela noite e que ele não sabia onde ela tava”*. Mais uma vez me senti frustrada, pois não sabia o que havia

⁶ Termo utilizado para determinar a ação de denúncia.

⁷ Espaço em que dormia junto ao seu companheiro e outras pessoas em situação de rua.

acontecido, andei por parte do Bairro Cidade Baixa, com o intuito de encontrá-la e saber o que havia ocorrido, mas isto não aconteceu.

Fiquei um bom tempo sem saber dela, posteriormente conversando com educadores da EPA, soube que fazia algum tempo que ela não estava indo à escola em função de conflitos ocorridos no espaço escolar, e que de vez em quando ela aparecia na frente da escola, mas não estava frequentando as aulas. Soube também que ela havia mudado de Mocó⁸, e que atualmente era um espaço mais próximo da Escola. O processo de diáspora dos espaços de esconderijos ou dormitórios serve para a proteção da população que vive em situação de rua, pois quando o território que ocupam já está conhecido e visado pode ser um elemento de risco.

Para dormir eles costumavam buscar lugares isolados onde não sejam importunados, verdadeiros esconderijos denominados *mocós*, muitos deles conhecidos pelos educadores de rua e/ou pelos policiais. A existência dos *mocós* constitui-se, sem dúvida, num elemento complicador das contagens noturnas. (CRAIDY, 1998, p.24)

Desta forma percebi que teria novamente a tarefa de redescobri-la, e aquele momento tive certo receio de que ela não ficasse um período maior sem ir à escola e eu perdesse mais uma vez o contato com ela.

Após alguns dias sem contato com ela fui à EPA realizar uma entrevista com Educador Referência⁹ de Bianca e resolvi procurá-la no espaço em que me os colegas de aula haviam relatado que seria o novo *mocó* dela. Na saída da escola fiz o trajeto pela rua e a encontrei acordando e discutindo com o companheiro. Prontamente me aproximei e fui conversar, mas como ela estava discutindo somente dei um oi, disse que estava precisando conversar com ela, e gostaria de saber se no dia seguinte poderia encontrá-la por ali. Bianca me disse que sim, e marcamos que eu iria por volta das 13 horas de sábado. Pois bem, novamente fui ao espaço combinado

⁸ Termo utilizado pela população em situação de rua para definir esconderijo ou lugar para dormir.

⁹ Os trabalhadores da EPA são considerados educadores, pois todos os espaços e tempos da escola são de aprendizagem (cognitiva, social e afetiva). Desta forma a definição de Educador(a) Referência é designada para identificar aquele(a) que acompanha o grupo de educandos(as) na sala de aula e nas atividades especializadas em conjunto com outros(as) educadores(as).

e não a encontrei. Andei por boa parte da região do centro antigo, dei várias voltas, percorri diversas ruas, me aproximei de um lugar abandonado que poderia ser seu novo mocó, mas não vi ninguém.

Naquela mesma semana havia sido orientada por integrantes do Serviço de Acolhimento Integração e Acompanhamento – SAIA a não ir sozinha a estes espaços, em função disto resolvi não entrar no mocó, continuei procurando pela Rua da República e no entorno, mas não obtive sucesso.

Após várias tentativas decidi por realizar as entrevistas no território escolar, pois ali tinha maiores possibilidades de encontrá-la e termos um diálogo mais tranquilo. Cheguei à escola numa manhã sem combinar com ela, durante o horário de almoço e cumprimentei a todos(as) e quando ela veio me abraçar disse à ela que estava ali para vê-la e conversarmos. Esperei que ela terminasse a refeição e se organizasse e apresentei novamente minha proposta de monografia. Ela aceitou ser minha parceira nesta construção e iniciamos o diálogo no espaço de convivência da escola.

Conseguimos conversar por um bom tempo sem sermos interrompidas, mas conforme iam chegando os(as) educandos(as) do turno da tarde, ficou mais difícil nossa conversa. Outro elemento de desestruturante foi a presença de seu companheiro no portão da escola, e estava agitado para que acabássemos a atividade e ela pudesse seguir com ele rumo à cidade baixa. Percebendo que não teríamos condições de continuar a conversa marquei com ela na sexta-feira da mesma semana, às 11 horas na escola, para que pudéssemos finalizar a conversa, o que ocorreu neste segundo momento de forma bem tranquila e harmônica.

4.3 – DIÁLOGO COM BIANCA:

Esta entrevista foi realizada na escola EPA, numa conversa baseada inicialmente em uma pergunta disparadora e, posteriormente através de algumas questões semi-estruturadas, mas principalmente fundamentada num diálogo sua história de vida. As conversas ocorreram de maneira bem informal, a primeira foi realizada no espaço de convivência - pátio - dos(as) educandos(as) da EPA. A

segunda entrevista realizou-se na sua sala de aula da turma de Totalidade 3. A partir dos questionamentos realizados à Bianca fiz algumas anotações, mas optei por realizar nossas conversas de maneira em que ela pudesse falar abertamente sobre sua vida, mas fundamentalmente sobre o período de transição entre a casa e a rua, e a construção de identidade enquanto moradora de rua. Na segunda entrevista foquei nossa conversa mais na questão de sua visão sobre o espaço escolar.

1) Qual foi o motivo que a levou a sair de casa e com quantos anos saiu?

B¹⁰ - *“Ai nem me lembro, já faz tanto tempo!” Bianca inicia uma contagem e responde que foi com 12 anos. Foi quando minha vó morreu... eu decidi sair de casa!”*

Neste momento eu a questionei sobre esse motivo, perguntei se era só isso, ou se havia alguma outra coisa?

Bianca olha para os lados e me responde:

“É que morava muita gente lá em casa e quando a vó morreu minha mãe não tava mais preocupada, aí eu saí”

Bianca me relatou que quanto ela tinha 8 anos de idade sua mãe iniciou um relacionamento e trouxe seu namorado para morar junto com ela, a avó, Bianca e a irmã, e que desde que seu padrasto foi morar junto com elas, toda a família mudou.

B – *“desde o início eu não gostei dele, ele tentou me abusar umas três ou quatro vezes”.*

Questionei Bianca sobre o corrido e se ela havia contado a mãe.

B - *“Ele tentou várias vezes, mas não conseguiu, eu contei pra mãe, mas ela não acreditou. Só quem acreditou foi minha irmã e minha vó. Deu o maior bolo, a vó foi até no conselho tutelar.”*

Bianca chegou a comentar esta situação com a filha do padrasto, que disse a ela que o pai era assim mesmo, e que ele já havia tentado abusar das amigas.

¹⁰ Bianca

Questionei Bianca sobre a sensação dela em relação à descrença da mãe e sobre as tentativas de abuso sexual, e ela me disse: *“a mãe não era é mais a mesma, desde que ela começou namorar, ela só vê ele.”*

Como a denúncia de abuso não teve maiores efeitos e o padrasto continuou impune, a situação foi ficando insustentável, e quando a avó de Bianca morreu foi o momento em que ela decidiu sair de casa de fato.

2) Quando saiu de casa você foi para algum lugar antes de ir para a rua?

B – “Sim. Quando saí de casa fui para casa da Ana, uma amiga minha.”

E¹¹ – Ela morava com a família?

B – “Sim, ela morava com a mãe. E a mãe dela me tratava como se eu fosse filha dela.”

Bianca relatou-me que Ana e sua mãe sempre foram muito boas para ela e, mesmo quando ela não possuía dinheiro para ajudar nas despesas da casa, nunca a privaram de nada, *“nem mesmo de um prato de comida.”*

Ana é uma pessoa importante na história de vida de Bianca, pois foi ela quem lhe deu abrigo e lhe apresentou para Porto Alegre quando ela tinha 12 anos.

B – *“Eu não conhecia nada, só mais a Alvorada, eu achei muito grande e muito barulhenta, mas com o tempo fui me acostumando. A primeira vez que a gente veio, veio até uma criancinha junto. Primeiro a gente vinha de segunda a sexta pra vendê adesivo, depois a gente começou a vim no fim de semana também, pra ficá na rua.”*

DaMatta (1986) traduz este sentimento da rua enquanto um espaço de liberdade, e apresenta um pouco da dicotomia entre o espaço público e privado: *“[...] a rua serve também como espaço típico do lazer. Mas ela, como um conceito inclusivo e básico da vida social – como a “rua” -, é o lugar do movimento em contraste com a calma e a tranquilidade da casa, o lar e a morada.”* (p. 19)

A partir da percepção dos sentimentos de Bianca em relação a rua, pude compreender um pouco melhor a trajetória de diáspora realizada por ela. Esse

¹¹ Entrevistadora

processo de saída de um espaço privado foi ocorrendo aos poucos, as ruas de Porto Alegre foram tornando-se atraentes, foi se estabelecendo um processo de encantamento por esse espaço - que não ocorreu de imediato -, mas que acontece igualmente com muitos jovens oriundos da zona metropolitana e que tem a mesma construção sociocultural que ela.

A pobreza, o subdesenvolvimento, a falta de oportunidades, os legados do Império em toda parte — podem forçar as pessoas a migrar, o que causa o espalhamento — a dispersão. Mas cada disseminação carrega consigo a promessa do retorno redentor.¹² (HALL, 1998, p.28)

Alguns estudos realizados sobre a situação de rua reiteram a afirmação de que durante muitos anos Porto Alegre possuía um número significativo de crianças, adolescentes e adultos oriundos das cidades do entorno. Há alguns anos este número tem diminuído, isso em função da implementação de políticas de assistência social realizadas por esses municípios.

[...] houve uma diminuição do contingente proveniente de outras cidades da região metropolitana. O município de Alvorada, por exemplo, era responsável pela procedência de 7,4% das crianças e adolescentes, atualmente é responsável pela por apenas 3,7% dos cadastrados. [...] Salienta-se a hipótese de que essa diminuição de crianças e adolescentes em situação de rua em Porto Alegre, mas procedente de outras cidades, tenha se dado pelo desenvolvimento de programas específicos para esse público nos outros municípios, assim como o fortalecimento de programas de assistência social dirigidos à família. (GEHLEN et al., 2008, p.79)

Este estudo demonstra a realidade vivenciada por Ana e Bianca, semelhante a vários movimentos de diáspora realizados por crianças, jovens e adultos, das cidades da região metropolitana. Esta situação reflete a falta de opções de lazer e a pobreza vivenciadas nesses municípios, que na maioria das vezes são referidos como “cidades dormitórios”, visto que a maioria da população economicamente ativa trabalha na capital.

Porto Alegre simbolizava para estas meninas um espaço de descoberta, e de liberdade. Bianca relatou-me que esta cidade era um espaço em que podia fazer o

¹² Compreensão de diáspora desenvolvida por Stuart Hall.

que queria, e a plenitude de vivência da liberdade se dava no território das ruas: *“Em Porto Alegre a gente podia fuma cigarro, fuma baseado, bebe e aí a gente dormia na rua, na real a gente nem dormia, virava as noite”*

Foi durante uma das suas primeiras vindas que Bianca conheceu *“Pinta”* seu atual companheiro. *“Ele morava num terreno baldio e cuidava de carros, num estacionamento perto da EPATUR¹³”*.

Questionei Bianca sobre o momento em que iniciou sua relação com Pinta, e se logo que o conheceu veio morar com ele na rua? Ela me respondeu que foi um pouco depois. Naquela época Bianca ficava com ele e outro menino, e o *“Pinta tinha uma guria que róbava correntinha pra ele e o dinheiro ficava com ele.”* Esta relação poligâmica durou bastante tempo, pois ela gostava mais do outro namorado, do que do Pinta, e ela me relatou da seguinte maneira: *“Eu gostava mais do outro, mas ele me batia, e o Pinta comprava cigarro pra mim, e eu fui vendo que ele gostava de mim e tinha mais cabeça do que o outro.”*

A diáspora para o território das ruas foi se organizando de maneira gradual, afinal naquele período ainda morava com sua amiga Ana e a mãe dela em Alvorada. Conforme foram se adaptando a realidade das ruas, que começou a ser mais interessante do que o espaço da casa, houve a opção de aos treze anos se efetivar em Porto Alegre, mais precisamente nas ruas do bairro Cidade Baixa.

Bianca não sabe precisar com exatidão quanto tempo este processo levou, mas sua opção em estar na rua foi para ficar com o Pinta, segundo ela: *“Ele não tinha pai, nem mãe, era sozinho, então no fim eu vim pra ser companheira dele.”* Neste momento questionei Bianca se o movimento de saída da casa para o território das ruas, foi algo tranquilo para ela, e quem havia sido responsável por cuidar do Pinta quando ele era pequeno, como ele tinha se constituído e sobrevivido até então?

B – *“Foi uma mãe de criação que cuidou dele, eu não conheço ela até hoje porque ela é racista. O Pinta não fica feliz com isso, mas eu disse pra ele que eu tenho orgulho da minha raça!”*

B – *“As morena ganha mais guri do que as loira.”*

¹³ Atual Largo Zumbi dos Palmares

Este momento para mim foi surpreendente e ao mesmo tempo satisfatório, pois durante o período em que lecionei na turma de Bianca conversamos sobre a questão étnico-racial e ela havia manifestado sua rejeição em casar com um negro pra não ter um filho da mesma cor que a sua. No período de docência, acreditava que este fosse um processo de negação de sua identidade étnico-racial, só a partir desta entrevista percebi que a análise de Bianca era em relação à perpetuação de um sentimento de desvalorização e racismo.

A fala anterior reflete o sofrimento de Bianca em relação ao preconceito étnico-racial do qual é vítima. A sociedade brasileira ratifica uma falsa democracia racial, que na vida real é caracterizada por diversas violências simbólicas, e o fato de ser negro(a) traz em seu bojo uma carga de preconceitos e opressões. Neste aspecto percebo as marcas que esta fala evidencia e reflito sobre este aspecto no que BARBOSA (2002) apresenta como estratégia de branqueamento, enquanto uma:

[...] inerente recusa dos(as) jovens negros(as) a constituírem lares negros. A miscigenação é vista como uma saída individual possível, porque o nível de opressão e repressão é considerado intolerável(...). Para tais jovens, “preservar a raça” não vale a pena, porque desejam “limpar a raça”. (p.63)

Analisando a história dos(as) negros(as) neste país é possível compreender sua negação na perpetuação da “raça”. De acordo com todas as construções socioculturais que se estabelece, esta estratégia se apresenta enquanto uma possibilidade de “minimização” das diferenças. Desde a constituição da sociedade brasileira a política do branqueamento esteve presente em diversas teorias eugênicas, que reforçaram durante anos esta prática, tentando validá-la através de diversos mecanismos de “higienização”.

Esta construção simbólica de poder se legitima enquanto mecanismo de dominação, defendidas pela sociedade, a estratégia do branqueamento adotada por Bianca reflete a intenção de que seus filhos(as) não sejam violentados por serem negros(as).

Entendo esta concepção enquanto estratégia de “proteção” das violências vivenciadas, em função de sua raça/etnia, cujo movimento se dá a partir de um processo de deslegitimação do sujeito e de sua trajetória ancestral. Não compartilho da ideia de branqueamento enquanto uma estratégia de possível homogeneização e

possibilidade de minimização dos sofrimentos que a manutenção de uma identidade étnica carrega, muito pelo contrário, acredito em uma afirmação e valorização das diferenças como estratégia de transformação social.

Neste sentido sua relação com o “Pinta” possibilita que essa intencionalidade de branqueamento se efetive, visto que, ele não sendo negro materializa esta perspectiva no subconsciente de Bianca. Para ela o fato de sua sogra não a aceitar não é tão importante quanto o sentimento de felicidade expresso por ela, já que seu companheiro discorda da violência que sua mãe a submete, fazendo com que ele crie uma cisão das relações familiares.

Refletindo sobre a concepção de preservação da relação amorosa, que se efetiva na luta contra os preconceitos vivenciados por ambos, tanto individualmente, quanto na relação de casal no território das ruas, percebo um processo de empoderamento e parceria entre os dois, de acordo com as nuances desta relação e das construções socioculturais estabelecidas por eles.

A partir desta vivência Bianca percebe a rua não apenas como um espaço de violação de direitos, mas como uma opção de vida. Neste sentido o estar no território das ruas significa o cumprir seu papel de companheira, evidenciado por ela em fala supracitada, ao mesmo passo que a constituiu enquanto uma mulher que resistiu a diversas formas de agressão/opressão.

Em função das construções socioculturais estabelecidas por Bianca, ela afirma a tranquilidade na migração do território da casa para o território das ruas, pois sua adaptação foi “fácil”, visto que não é de se meter em problemas e que somente uma vez havia brigado e nunca mais tinha tido problemas.

Neste momento da conversa Bianca me faz um relato extremamente importante e que me faz perceber nitidamente seu processo de resistência no território das ruas.

B – “Graças a Deus eu nunca fui estuprada!”

Esta fala pra mim foi extremamente simbólica, pois era carregada de força, afirmando minhas análises dela enquanto uma resistente, e na questão do direito ao seu corpo e a sua vida, principalmente por ter conseguido escapar de uma violência que é naturalizada neste território.

Esta naturalização advém da compreensão do corpo enquanto um objeto, e que no que tange a apropriação do corpo e de sua sexualidade, no caso o estupro, têm como perspectiva a desvalorização e a subjugação do outro enquanto objeto de desejo. Bourdieu (2007) caracteriza este processo enquanto um poder simbólico, evidenciado por uma perspectiva de dominação: “[...] *o assédio sexual nem sempre tem por fim exclusivamente a posse sexual que ele parece perseguir: o que acontece é que ele visa, com a posse, a nada mais que a simples afirmação da dominação em estado puro.*” (p.31)

A partir desta fala eu a questioneei sobre o estupro como algo comum naquele espaço, e perguntei a ela quem fazia isso?

B – *“Isso é tri comum na rua, e são os cara da rua que fazem isso”*

E – Tu conheces muitas meninas que foram estupradas nas ruas?

B – “Sim, quase todas.”

Este foi um ponto importante para minha reflexão sobre a mulher jovem nas ruas, pois me levou a compreender os mecanismos de resistência que elas necessitam estabelecer para manterem-se íntegras e vivas, através de uma luta que é cotidiana.

Outro fator fundamental para sua sobrevivência é a escolha do grupo do qual fazem parte, pois as relações de proteção são fundamentais na rua. Sua maneira de estar neste espaço depende profundamente do estabelecimento desta rede, que serve como “âncora”, e também afirma a maneira com que se movimentam e se constituem neste território.

Seguindo a entrevista com Bianca a questioneei sobre como ocorreu sua movimentação no território das ruas. E ela me relatou que o Pinta e ela - logo que ela veio para rua - ficaram um tempo morando na Lomba do Pinheiro.

B – *“O patrão emprestava a casa pra gente, e a gente ficou uns bons anos lá.”*

E – No que o Pinta trabalhava?

B – *“Ele cuidava da casa e ajudava cortando a grama, fazendo uns bico, aí a gente podia ficar numa pecinha lá no final da casa”*

Esta relação de trabalho, no caso bico, é uma relação extremamente comum no território das ruas, pois a precarização do trabalho, no caso a inexistência de possibilidades de uma emancipação econômica de maneira mais efetiva os fez retornar após algum tempo para o território das ruas.

Não aprofundamos a conversa sobre o que aconteceu para que ela e seu companheiro retornassem ao território das ruas, pois não houve um interesse por parte da entrevistada em relatar esse processo de desterritorialização.

Desta forma segui a entrevista e passamos a conversar sua situação na rua e como é a relação dela com a comunidade do entorno, se ela tem problemas e se é difícil morar na rua?

Bianca me relatou que é tranquila sua relação na rua, pois ela e o Pinta dormem geralmente sozinhos. Eu a questioneei sobre esta afirmação, pois em um dos momentos que marcamos de nos encontrar na rua, seria em um *mocó* em que o Pinta e ela tinham como “espaço de referência para dormir”, e que dividiam com outras pessoas em situação de rua.

B – *“Dava muito tumulto naquele lugar, então a gente mudou, agora onde a gente dorme é mais tranquilo.”*

Segundo relatos do Serviço de Acolhimento Integração e Acolhimento – SAIA da EPA, aquele espaço já está visado pela polícia e por diversos grupos em situação de rua, então foi necessário que eles se deslocassem.

E – Mas como é a relação com as pessoas do território em que vocês dormem e com as pessoas do território que vocês ocupam durante o período da tarde e noite? Pois todas as vezes que eu te encontrei na rua vocês estavam na República.

B – *“Onde a gente dorme as tias são bem gente boa, não nos incomodam, mas na república as pessoas pensam que a gente não é ser humano.”*

E – Uma vez eu te encontrei ali na República e você me disse que: *“As pessoas nos olham como se a gente fosse formiga, que elas pudesse pisá!”*

B – *“É verdade, ainda mais ali que só tem Patricinha, mas tem umas pessoas que nos tratam bem, que nem aquele cara que tu conheceu¹⁴ e a dona da loja que o Pinta cuida, eles são tri gente boa!”*

A partir desta afirmação reflito sobre as relações socioculturais estabelecidas tanto no espaço de dormir, quanto no espaço de “trabalho”, pois existe uma rede de “proteção”, que faz com que eles permaneçam no território das ruas e que consigam minimamente sobreviver. Neste sentido compreendo esta rede como uma pequena parcela da sociedade que vê este grupo social enquanto cidadãos(as), e que percebem os mecanismos de resistência estabelecidos por eles. Este pequeno grupo de “assistência” interfere de maneira a auxiliá-los de acordo com suas possibilidades, ou até mesmo estabelecendo uma relação de beneficiamento e troca para ambas as partes.

Craidy (1998) define a organização desta rede de auxílio e cooperação, enquanto um importante elemento para a sobrevivência nas ruas:

A busca do grupo, isto é da solidariedade dos iguais é um elemento forte da cultura de rua. Essa solidariedade é para os meninos de rua um elemento decisivo na resolução das questões de sobrevivência, da segurança e, sobretudo, da vida afetiva. (p.26)

De acordo com a percepção dos caminhos que Bianca percorreu para chegar até o território das ruas e das relações estabelecidas por ela, eu a questioneei sobre como ela percebia a diferença entre o território da casa e o território das ruas. Lembrei-a sobre algumas conversas que havíamos tido em aula, sobre sua situação na rua e sobre minha preocupação com o frio que fazia no inverno, pois mesmo ela estando doente e com dores na coluna e na cabeça por dormir no chão, ela relatava alguma anseio em abandonar o espaço das ruas.

Bianca me respondeu que *“em casa tem regras, a coisa mais ruim da rua é que tu pode ser morto, o resto a gente dá um jeito.”*

¹⁴ Este cara referenciado por Bianca é um vendedor da loja em que o companheiro de Bianca faz a segurança informal. Pinta tem a responsabilidade de cuidar do espaço da rua, em que a loja se encontra, para que o estabelecimento comercial não seja roubado e que não haja incômodos naquele espaço.

Nesse momento Bianca seguiu me relatando sobre de que maneira as relações são estabelecidas na rua e que a violência é cotidiana, mas o mais preocupante é a possibilidade de ser morto(a) a qualquer momento.

B – “Todo o dia têm alguém morrendo na rua. Semana passada um cara foi morto de manhã, já tava até claro! Levou seis facadas.”

E – E alguém sabe quem foi que matou ele?

B – “*Sim. O cara que matou ele, tava prometendo ele há tempo. Porque ele¹⁵ e a Chaiane¹⁶ se arriou nele porque ele tava chapado. Aí o cara se indignô e matô ele. Na rua é assim mesmo. Quando tu ta devendo o briga tu tem que dá um tempo, porque senão tu pode se morto.*”

E – E tu e o Pinta devem pra alguém?

B – “*O Pinta ta devendo pruns cara, por isso que a gente tá meio retirado. Não dá pra ratiá. Por isso que a gente não fica mais ali na República.*”

E – E por que o Pinta está devendo?

B – “*É que ele pegou uns bagulho pra traficá e não pagô!*”

A realidade vivenciada pela Bianca evidencia a existência de um código ético e moral das ruas, afinal todos(as) sabem quem matou o jovem, mas segundo a lei estabelecida, ninguém denuncia, senão pode vir a ser o próximo(a) assinado(a).

Ao refletirmos sobre a *cultura da rua*, compreendemos esta naturalização da violência, enquanto uma realidade deste território, mas que assemelha-se as mesmas violências desenvolvidas em comunidades populares, cujo risco em ser morto por alguém na situação de rua ou mesmo pela polícia, torna-se comum. Esta prática reflete política de higienização e os casos de homicídios não são divulgados. Não existem mecanismos de proteção da população de rua que sejam efetivos. A noção territorial e sua ocupação são estabelecidas a partir de diferentes normas de convivência, que refletem e perpetuam diversos processos de violações de direitos:

¹⁵ Menino de rua que foi assassinado.

¹⁶ Menina moradora de rua.

A rua não se constitui para o menino como espaço alternativo, mas sim como espaço possível. [...] Para os que vivem na rua não há história, mas um repetir-se crônico e circular da vida sem projeto, eterno presente que implica a luta cotidiana pela sobrevivência. Permanecer vivo, ter algum prazer constituem o móvel fundamental do existir. (CRAIDY, 1998, p. 22).

Seguimos nossa entrevista, mas do lado externo da escola estava seu companheiro, que a chamava todo o tempo. Ele perguntava se ela ia demorar muito, precisava que fossem embora, visto que, segundo Bianca: *“ele pintá o apartamento duma tia ali na cidade baixa”*. Desta forma encerramos nossa conversa naquela manhã, pois ela já estava impaciente com as constantes solicitações de atenção de seu companheiro.

Marquei com ela a continuação desta conversa na sexta-feira da mesma semana às onze horas, horário em que ela realiza algumas atividades de caráter mais particular, dentro de espaço da EPA.

Segundo dia de entrevista:

Conforme havíamos combinado, nos encontramos na escola. Esperei que Bianca fumasse um cigarro enquanto eu conversava com membros da comunidade escolar. Solicitei ao professor regente da Totalidade 3 que cedesse a sala para que eu realizasse a entrevista com ela, pois no outro dia fomos interrompidas diversas vezes.

A partir de cedência da sala seguimos nossa conversa e eu a questioneei se ela se considerava moradora de rua, pois para minha pesquisa este era um elemento importante para eu compreender as construções socioculturais estabelecidas por ela.

B – *“Sinto e não me sinto, por que eu não quero ficá sempre na rua. Eu e o Pinta vamo morá no apartamento que minha vó deixô”*

E – Esse apartamento está desocupado?

B – *“Sim, minha mãe mora numa casa e minha irmã caso, então o apartamento ta sem ninguém.”*

E – E como vocês vão se sustentar, como vocês pensam em organizar a vida?

B – “A gente vai tê um brique, e mais a pensão do meu pai, vai dá. Tem uma escola lá na Alvorada que tem um curso e aula junto e eles dão R\$ 500,00 por mês, a mãe ta vendo”

E – E por enquanto como vocês se sustentam na rua?

B – “A gente faz uns bico, quase todo os fim de semana eu cuido de uma senhora que mora perto da Água Verde, ela ta numa cadeira de roda, porque teve um acidente de carro, aí eu vô lá, ajudo ela, lavo a loca, ajudo ela a tomá banho. O Pinta também faz uns bico, tipo aquele dia¹⁷, ele ia pintá um apartamento pruma tia, ou então ele fica cuidando daquela loja na República. De vez em quando ele ganha uma grana vendendo uns bagulho¹⁸.”

E – Teve uma vez, durante o período em que eu estava dando aula pra ti, e você me disse que ia ao juizado, por que o Pinta tinha que prestar depoimento, foi porque ele foi pego traficando?

B – “Sim. Aquela vez ele foi pego com um pouco de crack, tava num bagulhinho de guardar balinha, aquelas balinha ‘Tic Tac’¹⁹, aí ele teve que ir depor, mas não deu nada, por isso a gente ta dando um tempo da Cidade Baixa.”

Lembro-me daquele período em que Bianca pediu auxílio da Escola para que a ajudassem, solicitou que a EPA desse algumas dicas a ela e que alguém fosse depor a favor do Pinta. Ela havia relatado que ele havia sido espancado por um policial e que durante dias não conseguia caminhar.

Durante entrevistas realizadas junto ao SAIA, conversei sobre este auxílio solicitado à escola e Virgínia²⁰ havia me dito, que naquele mesmo dia havia encontrado Pinta na feira do Largo Zumbi dos Palmares, e que a Bianca nem sempre relatava o que era verdade. Virgínia conversou com Pinta, perguntou como ele estava e ele não fez nenhuma menção sobre ter sofrido qualquer tipo de violência por parte da polícia.

¹⁷ Primeira conversa realizada na EPA junto à Bianca.

¹⁸ Drogas.

¹⁹ Balas que são vendidas em pequenas caixas transparentes.

²⁰ Membro do SAIA

Neste sentido podemos refletir sobre esta fala como forma de “proteção”. Bianca necessitava de ajuda e sabia que não teria o apoio que desejava se fizesse o relato correto da maneira que Pinta fora abordado, e sobre o porquê de estar respondendo processo.

Seguimos nossa conversa e eu a questioneei sobre a vida da maioria das meninas nas ruas. Disse a ela que muitas meninas acabavam se prostituindo para conseguir se sustentar e perguntei se em algum momento ela havia realizado algum ‘programa’ para conseguir dinheiro?

B – *“Eu nunca fiz programa, não faço isso! Uma vez eu fui com a Juliana²¹ lá pra Farrapos. Enquanto ela ficava fazendo programa na rua, eu ficava dentro de uma casa de guardinha, dormindo. Aí ela pegava a grana e comprava umas bolacha recheada pra gente e o resto do dinheiro ela fumava crack.”*

De acordo com colegas de aula que convivem com ela nas ruas, a fala supracitada não é verdadeira. Lembro-me que em vários momentos durante meu período de docência Bianca chegava extremamente agitada na aula, e muitas vezes agressiva. Seus colegas me diziam que ela estava deste jeito em função de não dormir a noite por ela ter “ficado fumando crack e fazendo programa durante a noite.”

A negação de Bianca em relação à prostituição remete a um mecanismo de proteção, visto que para ela esta prática tem um peso, e que talvez minha interpretação pudesse gerar algum tipo de preconceito. O fato é, que segundo alguns relatos, tanto por parte da escola, quanto por parte dos colegas, nem todas as afirmações realizadas por Bianca podem ser assimiladas de maneira literal, visto que existe um *habitus* em nossa sociedade que condena este tipo de prática enquanto lícita.

Nos diversos momentos em que conversamos sobre a vida nas ruas e sua com Juliana, Bianca sempre fez críticas ao comportamento da amiga, pois afirmava que esta prática não era valorosa para uma mulher que tinha um companheiro: *“O Jorge abandonô ela. Que tipo de cara vai ficá cuma mina que dá pra todo os cara da rua”*.

²¹ Antiga educanda da EPA, cujo período em que esteve estudando era uma das parceiras de Bianca e engravidou na rua. Seu companheiro também estuda na EPA e dividiam o mesmo mocó com vários outros educandos da escola. Acabou se afastando da EPA em função de estar com bastantes problemas de drogadição e prostituição. Seu filho está sendo criado por uma tia dela que reside na Vila do Chocolate.

Esta fala reflete a interiorização do preconceito em relação a prática da prostituição, mesmo que muitas vezes ela utilize os mesmos mecanismos de sobrevivência adotados por Juliana, evidenciava um pré-conceito em relação a venda do corpo.

[...] a vagina continua sendo constituída como fetiche e tratada como sagrada, segredo e tabu, que o comércio do sexo continua a ser estigmatizado, tanto na consciência comum quanto no Direito, que literalmente exclui que as mulheres possam escolher dedicar-se a prostituição como a um trabalho. (BOURDIEU, 2007, p.26)

E – Você disse que Juliana fumava crack e você usa algum tipo de droga?

B – *“Eu fumo baseado e de vez em quando eu fumo crack, mas não é sempre. Todo mundo diz que quando alguém fuma crack fica locão e sai robando, mas eu fico com sono e vô dormi.”*

No momento em que fiz esta pergunta percebi que Bianca estava com a ponta dos dedos marrons, com certeza na noite anterior ela havia fumado crack, mas ela não me deu muita abertura para seguirmos nesta conversa e disse que não estava usando muito.

Alguns momentos em que eu a encontrava na rua percebia que ela estava drogada, e muitas vezes em aula. Os educandos chegavam afirmando que haviam “fumado baseado” antes de ir para aula, ou estavam com um cheiro impregnado de *loló*.²² Na perspectiva desenvolvida pela escola, trabalhávamos com a redução de danos, e para eles(as) chegarem ao espaço escolar já era um grande feito, visto muitas vezes as condições em que se encontravam.

Continuamos nossa conversa e eu passei a questioná-la sobre o espaço escolar e seu ingresso na EPA.

E – Você tinha estudado antes de vir para a EPA?

B – *“Sim. Eu parei na 2ª série. Lá na Escola fazia 2 série junto, era EJA.”*

Bianca me comentou que fez o pré e a primeira série em uma escola de Alvorada no período diurno. Tinha 6 para 7 anos, na realidade não era uma turma de educação de jovens e adultos. Acredito que esta relação estabelecida por ela em

²² Substância psicoativa que é inalada.

relação EJA, e nominá-la como processo de aquisição de conhecimentos, ocorre em função de este processo escolar ser importante para sua reconstrução identitária.

E – E por que você parou de estudar?

B – *“Eu não gostava muito da escola, e era muita bagunça na sala.”*

Bianca não gostava das dispersões e agitações que ocorriam em sala de aula e isso a incomodava, na escola ela sofria algumas agressões (bullying)²³ e teve uma briga com a turma que entre 11 e 12 anos a fez desistir de estudar. Essa rigidez em relação ao fora do “normal” em sala de aula, se reflete até hoje nas atitudes de Bianca em sala de aula. Lembro-me que se havia alguma coisa fora do lugar, alguma conversa um pouco mais agitada, risos, etc, Bianca ficava extremamente agitada. Achava que o processo de aquisição de conhecimentos só ocorria de maneira tradicional, ou seja, o educador(a) fala e os educandos(as) escutam e assimilam sem maiores questionamentos. Essa era um dos catalisadores de conflitos dela junto à turma. Ela reclamava muito sobre algum objeto fora do lugar, alguma agitação, ou quando realizávamos uma aula mais interativa para ela essa metodologia estava errada, *“isso não é aula!”* dizia ela.

E – Como você conheceu a EPA?

B – *“A Ana estudava aqui logo que a gente veio morá na rua, aí ela me falô da escola, eu conheci e vim estudá.”*

E – O que te motivou a voltar estudar?

B – *“No início foi porque aqui a gente podia tomá banho e lavá a rôpa, mas aí eu fui pra T1 com a profe Sofia²⁴, aí eu me acostumei com ela. Ela é legal e tem paciência.”*

Esta fala evidencia o processo de assistência e acolhimento desenvolvido pela EPA. O respeito às singularidades e necessidades de cada indivíduo, através da compreensão de seu tempo social, suas necessidades e possibilidades. A partir de um primeiro contato mais personalizado, inicia-se o processo de construção de conhecimentos.

²³ Bullying é o uso do poder ou da força para intimidar ou perseguir colegas na escola.

²⁴ Nome fictício dado com o intuito de preservação da identidade.

B – *“Quando eu passei pra T3 eu não queria, eu já tava acostumada com a profe, eu levei um bom tempo pra me acostumá. O profe Renato não dexava a gente dormi e ficava sempre fazendo palhaçada.”*

Esta fala sintetiza um pouco do relato realizado pelo professor Renato. Na entrevista que realizei com ele, Renato afirma o processo de passagem de uma totalidade para outra e relata as dificuldades que Bianca teve em se separar de uma figura que até aquele momento era sua referência dentro da EPA. Durante o período de realização de meu estágio curricular percebi a dificuldade de Bianca em relação a mudanças. Quando eu assumi a turma, houve um certo tensionamento por parte dela, pois ela afirmava que o Professor Renato não ensinava daquela forma e que eu não passava muitas “continhas”.

Esta resistência em relação a minha proposta pedagógica remetia a um processo de desacomodação na forma da estruturação dos conhecimentos. Para Bianca era necessário uma linearidade em relação a organização do território escolar, pois a instabilidade emocional vivenciada por ela de maneira cotidiana, faz com que este território se configure enquanto referência.

Seguimos nossa conversa e eu a questioneei sobre o que ela achava da EPA? No início de sua fala ela disse: *“Nesse colégio as regras não são certas, cada um entra num horário diferente, ‘isso é errado!’, por que a escola tem que ter regra!”* Questionei Bianca sobre esta fala, e se a EPA não fosse assim se ela continuaria estudando ali? No momento antes da resposta ela fica em dúvida, reflete um pouco, afinal o símbolo de escola que ela possui é o mesmo em que ela não conseguiu se adaptar e que sofria agressões.

B – *“Não!”* fala Bianca baixinho. *“Eu acho a EPA tri legal, aqui a gente toma café, banho. Aqui na EPA eles ajudam a fazê nossa identidade e sempre que a gente precisa eles nos ajudam!”*. Esta afirmação corrobora para minha análise do papel da EPA enquanto território de assistência no sentido de dar instrumentos para o resgate da cidadania destes jovens, não na perspectiva assistencial, mas num caminho que possibilita a construção de um processo emancipatório.

E – Você gosta da EPA, o que ela significa pra você?

B - *“Gosto da escola e dos professores... Algumas pessoas são legais, eu me acostumei, e ano que vem eu vô pra T4. Minha mãe fica feliz que eu tô na EPA, porque aí ela sabe que eu não fico me drogando o dia inteiro, e pra mim isso é importante!”*

E – O que melhorou na sua vida desde que você veio estudar na EPA, mudou alguma coisa?

B – *“Eu melhorei muito, já sei fazê continha... Os profes nos viciam na continha e tô lendo melhor! Eu vô continuá estudando... Vamo tê um brique, a gente tá vendo isso!”*

Esta foi minha última pergunta à Bianca, pois eu havia concluído os questionamentos necessários para desenvolver minha análise sobre seu processo de diáspora do território da casa para o território das ruas. Percebi os diferentes olhares dela em relação a EPA enquanto um território de assistência, referência, mas enquanto um mecanismo de emancipação processual, que modifica olhares, transforma conceitos, e resgata a cidadania, para que a partir deste empoderamento Bianca e todas(as) outros educandos percebam que: *“[...] são pessoas e que tem direito a viver e serem felizes nessa Porto Alegre!”*. Guilene Salermo.²⁵

²⁵ Coordenadora Pedagógica das Totalidades Iniciais da EPA.

4.4 - A EMEF PORTO ALEGRE – EPA COMO TERRITÓRIO DE ASSISTÊNCIA, REFERÊNCIA E EMANCIPAÇÃO.

A década de 1980 para o Brasil foi marcante do ponto de vista da redemocratização nacional, saímos de um longo e difícil processo de ditadura militar, que fez com que nosso país vivesse durante longos períodos processos de violação de direitos em todos os campos da sociedade. Este momento marca a inserção brasileira efetivamente na política neoliberal defendida pelos países “desenvolvidos”, minimizando a participação do Estado e consentindo uma política de desenvolvimento agressiva e excludente.

Os anos subsequentes foram importantes para a implementação de e reorganização das políticas sociais. Inicia-se um processo de reestruturação do Estado, que foi marcado pelo surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e a reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Neste novo momento da política educacional brasileira e do atendimento integral a crianças e adolescentes, nasce a EPA em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e a Assessoria da Criança e Adolescente em Situação de Rua (ACAR). Seu surgimento reflete a convicção de diversos educadores(as) numa educação cidadã e para todos(as). Este projeto de escola emerge com a perspectiva de atender parte da população em situação de rua da região central de Porto Alegre.

Desde o início deste trabalho, a Secretaria Municipal de Educação dispôs de 10 professores que seriam os futuros trabalhadores da Escola Aberta para integrar a abordagem de rua, construir uma metodologia de trabalho própria e desencadear o processo de diagnóstico da realidade das ruas, construindo, a partir daí a proposta político pedagógica da nova escola. (EPA, 2007)

Esta instituição é voltada para um grupo social excluído dos diversos processos sociais que constituem o indivíduo enquanto cidadão(ã). A EPA se organiza através de uma metodologia educacional diferenciada, de acordo com uma estruturação ideológica e metodológica, no sentido de desenvolvimento de um espaço que oportuniza o resgate dos princípios fundamentais do cidadão(ã) e neste sentido se estabelece enquanto escola aberta. Sua proposta educacional tem como intuito

básico uma metodologia de valorização do indivíduo e se caracteriza desde sua estrutura física, como na organização dos recursos humanos e fundamentalmente nas características de inserção dos(as) educandos(as) na escola.

A EPA foi criada com o sentido de um “lugar de passagem”, ou seja, uma ponte para o retorno à comunidade. Por isso, era apenas um prédio provisório e a escola atua junto aos programas universais de atendimento aos meninos de rua. A EPA surge como forma de auxiliar na reestruturação do indivíduo. O enfoque continua o mesmo nos dias de hoje, e tem o cuidado com o estabelecimento de contatos com a comunidade com as redes de assistência e proteção.²⁶

Em entrevistas realizadas com diversos membros da comunidade escolar da EPA, a análise do Projeto Político Pedagógico - PPP, e minha vivência neste espaço enquanto educadora levou-me a compreensão de todo o processo desenvolvido nesta instituição. Esta apreciação reafirmou minha percepção desta escola enquanto um território de assistência, referência e emancipação.

Quando resgato a história da EPA e o momento político de nosso país, percebo a edificação de um processo de defesa dos direitos básicos dos cidadãos(ãs), cuja base foi institucionalizar a vivência efetiva dos princípios contidos na Constituição Federal, reafirmando-a enquanto um mecanismo: “*destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida*”²⁷. Mas principalmente com o intuito de fazer valer o cumprimento do estatuto da criança e do adolescente.

Nesta perspectiva percebo esta instituição enquanto espaço de assistência e educação, visto que sua estruturação nasce a partir do conjunto de redes de proteção. Uma das funções principais da EPA é a de auxiliar seus educandos(as) no sentido da vivência da cidadania, a partir da preocupação no resgate das integridades físicas e psicológicas dos educandos(as), mas fundamentalmente desenvolvendo uma (re)construção identitária.

²⁶ Trecho de entrevista realizada com as Coordenadoras Pedagógicas da EPA Miriam Pereira Lemos e Guilene Salermo. Segue em anexo.

²⁷ Trecho de apresentação da Constituição de Federal do Brasil (1988).

A partir deste desenvolvimento de escola aberta e democrática, a referência dos(as) educandos(as) da EPA se evidencia em todo o processo de inserção neste espaço e sua manutenção, estabelecendo construções socioculturais que os permitem ressignificar sua história e ampliar um processo emancipatório a partir das apropriações do conhecimento desenvolvido no território escolar.

5 – CONCLUSÕES

A partir desta pesquisa percebi que a história de Bianca se assemelha a de outras mulheres, jovens, negras que fazem do território das ruas sua morada. O processo de diáspora realizado por elas, na grande maioria das vezes, é a fuga da violência vivenciada em casa. Este movimento evidencia a luta por uma vida mais digna, e que durante esta ‘caminhada’ acabam por desenvolver sua dispersão para o único espaço possível: o território das ruas.

Através das escutas e análises que desenvolvi, percebi os diferentes mecanismos de resistência desenvolvidos por Bianca, cuja fuga do abuso sexual e a violação de seu corpo foram catalisadores para que ela reconstruísse suas relações socioculturais. A rua tornou-se um território importante para sua sobrevivência e a vivência de uma “liberdade” e “amor” que o espaço da casa não possibilitava.

Desenvolvi uma percepção diferente da exclusão social enquanto elemento de violência simbólica. Este termo desenvolvido por Bourdieu (1990) fundamenta a necessidade de compreensão do poder simbólico enquanto uma força atuante muito mais no campo individual e subjetivo, mas que cria um espaço social, através das relações e construções que se estabelecem.

Refleti sobre conceito de cidadania e sua execução de maneira integral, e afirmo que este direito não é vivenciado da mesma forma nos diferentes grupos sociais. A Constituição de 1988 em seu Capítulo II – Artigo 6º ratifica que a sociedade não leva em consideração as disposições contidas neste artigo, e evidencia que este cidadania não é um universal, cuja perspectiva neoliberal pontua os bens econômicos enquanto pressupostos para o respeito aos indivíduos, em sua integralidade.

Esta negação dos direitos fundamentais do ser humano leva a uma situação em que o território das ruas é resignificado enquanto conceito de espaço público. Neste sentido desenvolvi uma nova compreensão entre público e privado e percebi os diferentes tempos sociais daqueles que fazem das ruas sua morada. Este outro olhar foi necessário para que eu compreendesse o processo deste grupo e definisse a EPA enquanto um espaço educativo em que a troca de conhecimentos se faz de maneira efetiva.

A análise da territorialidade das ruas, no que tange aos(as) educandos(as) da EPA, possibilitou a percepção das construções socioculturais estabelecidas nas ruas. Cada indivíduo faz parte de um grupo, possui um espaço no qual dorme e desenvolvem suas atividades econômicas em lugares específicos e pré-determinados, ou seja, a perspectiva territorial está presente em suas vidas de maneira efetiva.

Entendendo o território enquanto um espaço de ressignificações e a partir desta percepção, afirmo que o território da EPA se constitui enquanto ambiente de assistência, referência e emancipação. Esta escola é referência a diversos jovens educandos(as) por se instituir enquanto um lugar de acolhimento, socialização e de construção de conhecimentos. Sua pedagogia se desenvolve através do respeito às singularidades e pela estruturação de uma metodologia curricular e de gestão que estabelece um processo emancipatório individual e coletivo.

Meu intuito com a pesquisa foi entender o olhar da Bianca em relação a este território e desenvolver um cruzamento sobre seu olhar da escola e sobre o trabalho desenvolvido pela EPA. Compreendi que o imaginário educacional para alguns educandos(as) ainda está estruturado a partir de uma lógica tradicional, cuja estrutura não os permitia que desenvolvessem seus conhecimentos de acordo com a plenitude necessária e no respeito às suas singularidades e especificidades destes jovens.

Através do diálogo com Bianca observei que ela percebe o espaço da EPA nestes três aspectos analíticos, e através de suas falas referenciadas nas entrevistas afirmo que ela compreende a EPA enquanto território de assistência, referência e emancipação.

Encerro esta pesquisa com a noção de que temos muito que fazer para tornar esta uma sociedade mais justa e democrática. Percebo que o processo de violências simbólicas são estruturadas de maneira extremamente consolidadas, mas existem mecanismos de luta contra esta perspectiva de deslegitimação e que se comprometem com a construção de um novo *habitus* para nossa sociedade. Me junto à este grupo e acredito que podemos sim construir uma nova ordem mundial, em que as diferenças de gênero, raça/etnia, geracional e todas as outras singularidades não sejam utilizadas como forma de segmentação e exclusão.

Concluo resgatando um trecho do livro de uma mulher que simboliza um pouco da história desenvolvida nesta monografia, e que marca a trajetória de muitas mulheres negras, pobres e semi-analfabetas, que estabelecem seus mecanismos de resistências e suas construções socioculturais através de uma luta pela dignidade.

“Uma palavra escrita não pode nunca se apagar, por mais que o desenho tenha sido feito a lápis e que seja de boa qualidade a borracha, o papel vai sempre guardar o relevo das letras inscritas, não senhor ninguém vai apagar as palavras que eu escrevi.” Trecho extraído do livro Quarto de Despejo: diário de uma favelada de Carolina Maria de Jesus.

6 – REFERÊNCIAS

6.1 – REFERÊNCIAS CITADAS

- ARIÉS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro. LCT, 2ªed., 1981.
- BARBOSA, Wilson do Nascimento. *Cultura Negra e Dominação*. Editora Unisinos. 2002.
- BORDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2007.
- _____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. *Coisas Ditas*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1990.
- BRASIL. Constituição. 1988.
- CRAIDY, Carmem Maria. *Meninos de Rua e Analfabetismo*. Porto Alegre. Artmed, 1998.
- DAMATTA, Roberto. *A Casa e a Rua. Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil*. Rio de Janeiro. Rocco, 5ª ed., 1997.
- _____. *O que faz do Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro. Rocco, 1986.
- ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. São Paulo. Escala, s.d.
- FONSECA, Cláudia. *Quando cada caso não é um caso: Pesquisa etnográfica e educação*. Revista Brasileira de Educação, 1999 n.10 jan/abr
- GEHLEN. Ivaldo; SILVA, Maura Borba; SANTOS, Simone Ritta. (orgs.). *Diversidade e Proteção Social: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre: afrobrasileiros; coletivos indígenas; crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; remanescentes de quilombos*. Porto Alegre. Cenhury, 2008.
- HAESBAERT. Rogério. *O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2ª ed., 2006.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte. Editora UFMG. 1998.

6.2 – REFERÊNCIAS CONSULTADAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PORTO ALEGRE. *Projeto Político Pedagógico*. 2007.

FONSECA, Cláudia. *Família, Fofoca e Honra*. Porto Alegre. Editora UFRGS, 2ª ed., 2004.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 35ª ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2008.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro. Edições Graal, 24ª ed. Organização e Tradução de Roberto Machado, 1979.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. *Gênero e Desigualdade*. São Paulo. SOF, 1997.

FARIA, Nalu (org.). *Sexualidade e Gênero: uma abordagem feminista*. São Paulo. SOF, 1998.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 44ª ed., 2005.

LEMOS, Miriam Pereira. *Ritos de Entrada e Ritos de Saída da Cultura de Rua*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

PRATES, Alda Beatriz. *Gênero e Sexualidade na Exclusão Social da Menina de Rua*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação no Brasil*. São Paulo. Companhia Editoria Nacional, 2ª ed., 1976.

REICHE, Reimut. *La Sexualidad y La Lucha de Clases*. Barcelona, Espanha. Editorial Seix Barral. 2ª ed. 1974.

SANTOS, Rosimeire. *A Escolarização da População Negra Entre o Final do Séc. XIX e o Início do Séc. XX* publicado 22/07/2008 em <http://www.webartigos.com>, acessado em 02/10/2010.

7 – ANEXO

ENTREVISTA NA EMEF PORTO ALEGRE

1. Entrevista concedida pela Coordenadora Pedagógica das Totalidades Iniciais e Finais: Guilene e Miriam²⁸ – realizada no dia 15 de outubro de 2010.

Roteiro da Entrevista:

- 1) Como é o processo de seleção dos/as educandos/as?
- 2) Quais os mecanismos de emancipação que a escola acredita e como ela desenvolve este processo junto aos/as educandos/as?
- 3) Quais mecanismos de assistência que a escola utiliza?
- 4) Quais as redes de proteção que atuam junto à escola?
- 5) Como está o funcionamento desta rede?

Reflexão sobre as questões apresentadas:

Segundo Miriam, *“a rua é totalmente diferente da conjuntura legítimada na sociedade, as relações de amizade também. As quatro paredes são opressoras. Os combinados da rua são diferentes da organização da escola. Mesmo a escola sendo bastante flexível - até em relação ao horário de entrada e de saída, isto dependendo o jovem e da história e de como a situação está sendo trabalhada - é diferente.”*

Para explicitar a questão dando um exemplo sobre a maneira de existir e atuar da EPA, Guilene me relatou o acontecimento naquela mesma manhã sobre a

²⁸ Guilene Salermo é coordenadora das Totalidades Iniciais e Miriam Pereira Lemos é coordenadora das Totalidades Finais na EPA.

interação de Carolina com as regras estabelecidas pela escola, no caso sobre o tempo no banho e o horário do café: *“A Bianca está braba comigo, pois a Escola tem a percepção de que ela tem condições de cumprir os combinados que a escola estabeleceu com ela. Ela não quer, ou não consegue aceitar.”*

Esta fala foi feita para que eu pudesse perceber de que maneira estava a dinâmica da escola naquela manhã e mais especificamente o sentimento de Bianca em relação ao espaço e a dinâmica que a escola implementa.

Abaixo segue a transcrição da entrevista:

1) Como é o processo de seleção dos/as educandos/as?

Não chamamos de processo de seleção, mas de processo de acolhimento, mesmo que o sujeito não fique acolhido. “Hoje veio um menino, o Esquilo”, ele estudou na EPA em 2004 pela última vez, chegou querendo vaga para estudar, foi bem recebido, tomou café, e nós fizemos uma abordagem inicial.

Primeiramente situamos o jovem no tempo/espaço da vida, de como ele está, quais as relações que ele tem estabelecido, esta é uma conversa de contextualização. A escola tem o cuidado em não interromper os vínculos com a comunidade, e analisamos se é mesmo na EPA que ele tem que ingressar. Muitos dos jovens que vem para a EPA, não conseguem se inserir em outras escolas.

A etapa seguinte, a partir da percepção de que o jovem fica na EPA, é um exercício de escrita e de compreensão lógico-matemática, feita pelo SAIA e junto a coordenação pedagógica que avalia a totalidade que o jovem irá cursar.

Análise do histórico escolar é importante, mas nem sempre o aluno vai para a totalidade referente a que já havia cursado. É feita uma avaliação do tempo fora da escola, e se necessário é feita uma adaptação em uma totalidade anterior, sempre é feita uma negociação se necessário.

A EPA foi criada com o sentido de um “lugar de passagem”, ou seja, uma ponte para o retorno à comunidade. Por isso, era apenas um prédio provisório e a escola atua junto aos programas universais de atendimento aos meninos de rua. A EPA

surge como forma de auxiliar na reestruturação do indivíduo. O enfoque continua o mesmo nos dias de hoje, e tem o cuidado com o estabelecimento de contatos com a comunidade com as redes de assistência e proteção.

A chegada dos jovens à escola, inicialmente era realizada através da abordagem de rua, pelo Conselho Tutelar, mas com o tempo a entrada passou a ser espontânea através do boca-boca dos próprios estudantes meninos de rua. Atualmente a chegada a EPA se dá através de instituições judiciais, abrigos, outras escolas, serviços parceiros da rede INTERUAS e a espontânea é a de menor incidência.

Antigamente o perfil de atendimento era: crianças e adolescentes moradores de rua, período de construção/implementação do ECA, das Conferências Municipais da Criança, etc. Posteriormente o perfil passou a ser de jovens²⁹ e atualmente o público atendido é de adolescentes e jovens.

Com a mudança do público atendido pela escola a perspectiva de trabalho também mudou, agora trabalhamos com o viés da situação de vulnerabilidade social e a prática foi demonstrando a importância de mesclar a população. Quando as trabalhadoras da Vila do Chocolate vieram a compor a comunidade escolar houve um contraponto interessante.

Atualmente as comunidades do Chocolate, Santa Terezinha (Papeleiros), e mais jovens com casa, mas o conceito é de habitação, mas não moradia, pois não possuem condições para isso. Ou seja, ruas, abrigos e jovens que são de outras comunidades compõem o grupo escolar.

A rotina na escola é bem flexível e obriga a rotina de diálogo permanente, em função das combinações.

²⁹ O Conceito de juventude empregado pela escola é trabalhado a partir da perspectiva desenvolvida pela regulamentação do EJA.

2) Mecanismos de organização:

Assembleias e os serviços internos têm que estar bem articulados e ter regras, rotinas e “elasticidades” sobre os combinados. Sempre é necessário fazer a discussão e possibilita uma noção de coletivo ímpar, pois permite outro olhar e posicionamento junto ao grupo e do indivíduo. (processo de democracia e convivência coletiva). É super difícil, mas muito necessário, e a escola só se organiza e se estabelece/mantém a partir dessa construção.

Através de diálogos e conversas, acreditando na capacidade de cada um, mas que eles possam se empoderar a partir deste trabalho (EXTRA MUROS) é o trabalho que mais explicita esta relação.

Busca de opções e alternativas para além da escola através de participação.

- Projeto Aquarela – Destinado aos que moram na rua, fazendo a discussão sobre moradia, saúde, trabalho (desenvolvido por um grupo autônomo – movimento social).

- Dentro da escola existe do Núcleo de Trabalho Educativo – NTE, que tem a proposta de emancipação que hora dá certo, hora não, falta uma ponte neste aspecto e neste espaço acredita-se na geração de renda como um elemento emancipatório.

- Bolsa Jovem adulto com parceria com a Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC.

- E o processo de atuação da EPA.

A passagem para os 18 anos é o grande nó e não existe uma rede de assistência maior, ou seja, uma rede de atenção aos adultos/as e que possa dar a assistência necessária.

ORGANIZAÇÃO: A forma como organiza o espaço se dá através de: Assembleias, da construção da leitura e da escrita, do alimento, grêmio estudantil, etc. A função é muito maior que escola.

3) Quais mecanismos de assistência que a escola utiliza?

Banho, alimentação: café da manhã; café preto - as 10h e as 16h; almoço. A concepção que a escola trabalha é a de redução de danos e com o atravessamento da questão da drogadição fumar na escola é permitido, o café preto é no sentido de manter os “alunos acordados”. Este trabalho foi desenvolvido junto às instâncias necessárias (SMED), e o horário do atendimento, no caso recursos humanos – RH, foi feito toda uma negociação/discussão em função do horário de funcionamento da escola.

O quadro de RH é diferenciado, existe uma escala de trabalhadores/as, que necessita ter um determinado perfil para atuar neste espaço.

Outro mecanismo de assistência ocorre em tolerar o sono e até mesmo durante o horário de sala de aula, pois é necessário perceber o tempo social destes/as educandos/as - que não é o tempo lógico -, isso para a EPA é importante e é considerado. Esse olhar é diferente, pois os tempos subjetivos são outros.

- Redução de Danos – Portas e Janelas dentro da própria EPA;

- Projeto Memória;

- Terapia Comunitária;

- Projeto com o blog;

- Parceria com Pontos de Cultura;

- O Serviço de Atendimento, Integração e Acompanhamento – SAIA tem significativa importância, pois dá um grande aporte para a escola, é estratégico. A relação é dialética. O SAIA acolhe e faz o acompanhamento, estabelece o papel de mediador e integrador frente aos educandos, educadores/as e a comunidade escolar como um todo.

- Projeto meio-dia pra não ficar na rua, foi criado para que os/as educandos/as para que não ficassem ociosos. Este projeto surgiu a partir das Assembleias e virou uma ação destinada à escola - pois o uso de *loló* nesse horário era grande – desta forma surgiu como uma alternativa para que os/as educandos/as não ficassem na rua, e que pudessem realizar atividades esportivas e lúdicas.

- Portas e Janelas – Várias possibilidades para o jovem estabelecer relações, no caso, se está com muita dificuldade de permanecer em sala existe um acolhimento diferenciado, realizado por educadores/as que estão com aquele horário vago, e trabalhadores/as do Projeto Cidade Escola e o SAIA. Através desta integração desenvolvida pela escola cada educando/a passa por um processo de acolhimento estrutura algumas atividades para que possam se sentir a vontade no espaço escolar, sendo que cada educando/a, de acordo com sua necessidade, pode ficar mais ou menos tempo nestas oficinas.

- Fórum de Entidades de Infância e Juventude.

4) Quais as redes de proteção que atuam junto à escola?

- Lar Dom Bosco, PSF Rua, Casa de Convivência e Acolhimento Noturno, Bonde da Cidadania, Cais Mental 8, Pão dos Pobres, Ação Rua, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

- A EPA junto com o Lar Dom Bosco realiza projetos que do Governo federal que tem como objetivo a formação para o trabalho.

- Ação Rua – Anteriormente era nominado: Programa de Atenção Integral de Crianças e Adolescentes em situação de rua, sua característica é a abordagem de rua. Atualmente é articulado pela rede Inter-ruas, nasce de uma proposta governamental com o intuito de estabelecer a articulação das políticas públicas de educação, saúde e assistência social.

Atualmente o trabalho é terceirizado e a EPA atualmente coordena o trabalho e o monitoramento é realizado pelo CMDCA e junto Núcleo Operacional de Inclusão de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua – NOICA passou a ter um olhar diferente em relação a este grupo.

A EPA trabalha muito mais no anúncio e denúncia da condição dos/as moradores/as de rua através da participação em Fóruns (denúncia) e do anúncio, através do trabalho que desenvolve.

“O Projeto Extra-Muros surge a partir do olhar de educar a cidade, que são pessoas e que tem direito a viver e serem felizes nessa Porto Alegre!”. Guilene.